



NOTA TÉCNICA

Florianópolis, 25 de agosto de 2026

Impactos das medidas tarifárias dos Estados Unidos sobre as exportações catarinenses

À Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Assunto: Diagnóstico dos impactos da nova tarifa adicional de 25% e medidas de mitigação propostas pelo Governo do Estado.

Diante do atual cenário do comércio internacional e das recentes medidas tarifárias adotadas pelo Governo dos Estados Unidos, o Governo de Santa Catarina vem acompanhando seus impactos sobre a economia catarinense e, em diálogo com o setor produtivo, avaliando medidas capazes de reduzir os efeitos da nova realidade sobre as empresas, os empregos e a atividade econômica do Estado.

Santa Catarina é um Estado do mundo, isto é, uma economia fortemente integrada ao comércio internacional. A atividade exportadora e importadora ocupa papel estratégico na formação da matriz econômica catarinense, movimentando cadeias produtivas, gerando empregos e contribuindo diretamente para o desenvolvimento de diferentes regiões do Estado. Atualmente, Santa Catarina é o **2º maior Estado importador do Brasil e o 9º maior exportador nacional**.

Em 2025, Santa Catarina alcançou **recorde histórico nas exportações**, com US\$ 12,2 bilhões em vendas ao exterior, crescimento de 4,4% em relação a 2024. O resultado foi impulsionado pela diversificação dos mercados de destino e pelo desempenho do agronegócio, com destaque para as exportações de carnes de aves e suínos.

Nossas importações tiveram **crescimento médio de 105,6% na última década** (2016 a 2025) comparada à década anterior (2006 a 2015). Nesse contexto, em 2025 a principal origem das importações de Santa Catarina foi a China (42,6%), seguida pelos EUA (6%).

Em relação às exportações, o **crescimento da última década foi de 26,6%** (também quando comparado à década anterior). Os EUA foram o destino principal dos produtos catarinenses em 2025 (12,1%), seguido pela China (9,9%). Nesse contexto de elevada inserção internacional, o mercado norte-americano possui especial relevância para a economia catarinense. Por essa razão, o Governo do Estado vem acompanhando, desde o primeiro anúncio de medidas tarifárias pelos Estados Unidos, a evolução do cenário e seus potenciais efeitos sobre as empresas, os empregos e a atividade econômica de Santa Catarina.

A primeira ação governamental catarinense ocorreu em **agosto de 2025**, quando o Governo do Estado adotou medidas emergenciais de caráter tributário e financeiro para socorrer a indústria e proteger empregos, totalizando um auxílio de **R\$ 435 milhões**. Desde então, o Estado vem aprofundando o acompanhamento dos efeitos das medidas comerciais norte-americanas,



transformando dados de comércio exterior, emprego e informações fiscais em subsídios para garantir maior domínio sobre o tema e, principalmente, assegurar movimentos assertivos com medidas de impacto efetivo nas empresas, negócios e na economia catarinense como um todo.

Para esse trabalho, foi estruturado um grupo de análise liderado pela **Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC)**, com a participação da **Secretaria de Estado de Articulação Internacional e Projetos Estratégicos (SAI)**; da **Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan)**; da **Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Serviços (Sicos)**; além da **Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE)**, do **BRDE**; **Badesc** e da **InvestSC**. O objetivo foi acompanhar a evolução das medidas tarifárias, dimensionar seus efeitos sobre a economia catarinense e identificar instrumentos que pudessem ser utilizados pelo Governo do Estado para reduzir os impactos sobre as empresas mais expostas — para isso, contamos com o apoio e total sinergia da FIESC, compartilhando dados, informações e percepções, de tal modo que pudessemos em conjunto chegar ao melhor resultado possível.

É importante, inicialmente, esclarecer a composição das tarifas incidentes sobre produtos brasileiros. **Não se trata de uma tarifa única de 37,5% aplicada indistintamente a todas as exportações brasileiras.** A alíquota adicional de **25% foi estabelecida especificamente para o Brasil, no âmbito da Seção 301 da Lei de Comércio de 1974**, após investigação do governo norte-americano que considerou determinadas práticas comerciais brasileiras desleais ou prejudiciais aos interesses dos Estados Unidos. **Portanto, as considerações deste estudo têm fundamento exclusivo na alíquota adicional de 25%.** Os **12,5 pontos percentuais adicionais**, por sua vez, integram uma tarifa de alcance mais amplo, aplicada a mais de 40 países, e não constituem uma medida exclusiva contra o Brasil.

Essa distinção é fundamental para dimensionar corretamente o impacto sobre as exportações catarinenses. Nem todos os produtos vendidos aos Estados Unidos estão sujeitos à mesma incidência tarifária, seja em razão das regras específicas aplicáveis a determinados produtos, seja pela existência de exceções.

Para dimensionar esse impacto, foi elaborado um estudo específico considerando as exportações realizadas em um período de 12 meses, entre **agosto de 2025 e julho de 2026**. Nesse período, foram identificadas **641 empresas catarinenses** que exportaram para os Estados Unidos, totalizando aproximadamente **R\$ 6,3 bilhões em exportações**. Essas empresas apresentaram, conjuntamente, faturamento anual da ordem de **R\$ 249 bilhões** e empregam diretamente aproximadamente **267 mil funcionários**.

O estudo partiu, portanto, de uma visão abrangente do conjunto das empresas catarinenses que mantiveram operações de exportação para os Estados Unidos no período analisado. A partir desse universo, foi realizado um segundo recorte, destinado a identificar as empresas que apresentam maior grau de exposição ao mercado norte-americano e que, conseqüentemente, poderiam enfrentar maiores dificuldades diante da mudança abrupta das condições comerciais.

Para investigar melhor o impacto, a Secretaria de Estado da Fazenda cruzou informações de diferentes bases de dados. Foram utilizadas as **Declarações Únicas de Exportação (DUE)** para identificar as empresas, os produtos e os valores exportados aos Estados Unidos; informações do



RAIS e CAGED, para dimensionar os empregos vinculados às empresas exportadoras; e dados das declarações fiscais, para apurar o faturamento e as demais informações tributárias. A partir desse cruzamento, foi possível não apenas identificar o valor das exportações para os Estados Unidos, mas relacioná-lo ao faturamento de cada empresa, **permitindo medir sua exposição individual ao mercado norte-americano**.

Também foi realizado um trabalho específico de classificação da pauta exportadora, considerando as regras tarifárias estabelecidas pelo Governo dos Estados Unidos. Foram analisadas as classificações dos produtos exportados, as exceções previstas nas novas tarifas e os produtos submetidos às medidas da **Seção 232 da Lei de Expansão Comercial dos Estados Unidos de 1962**, de modo que o estudo não tratasse indistintamente todas as exportações para os Estados Unidos como atingidas pelas novas medidas tarifárias.

O objetivo foi chegar a uma estimativa tão próxima quanto possível do impacto efetivo sobre a pauta catarinense. O resultado desse trabalho mostra que, dos **R\$ 6,3 bilhões** exportados por empresas catarinenses para os Estados Unidos no período analisado, aproximadamente **R\$ 3,8 bilhões**, equivalentes a cerca de **60% do total**, correspondem a produtos potencialmente afetados pela nova tarifa de 25% específica para o Brasil.

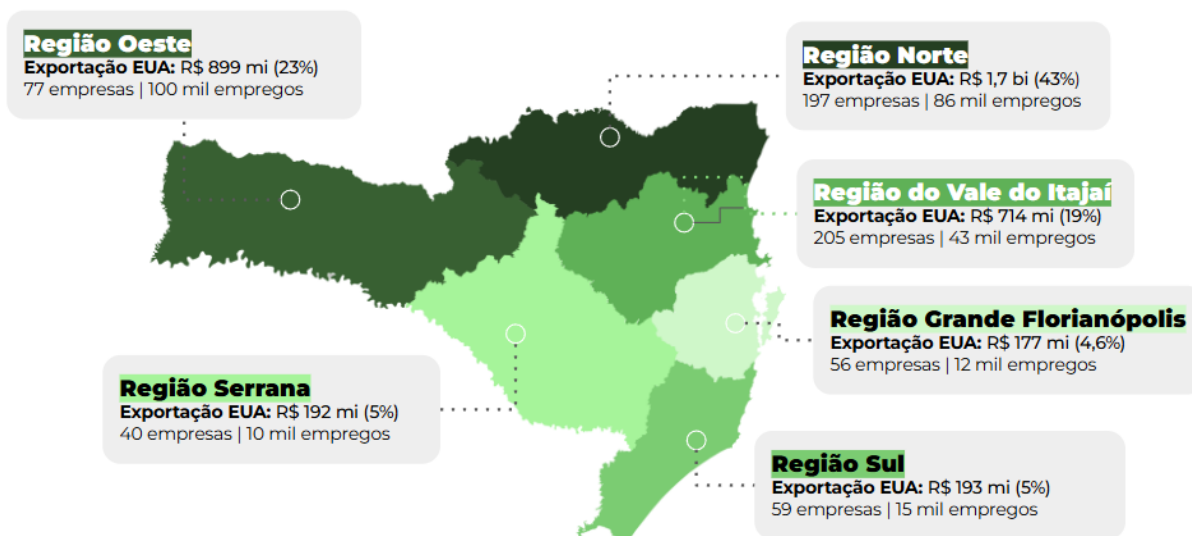
Os demais **R\$ 2,5 bilhões** não estão sujeitos à nova tarifa porque se enquadram em outras situações. Parte desses produtos está submetida às regras específicas da **Seção 232 (33% do total)**, prevista na Lei de Expansão Comercial dos Estados Unidos, que permite ao país impor tarifas ou outras restrições a produtos estrangeiros quando uma investigação conclui que as importações representam ameaça à segurança nacional. **As medidas adotadas com base na Seção 232 têm alcance global e não são específicas para o Brasil**. Nos R\$ 2,5 bilhões restantes, há ainda produtos que foram expressamente excluídos da nova tarifa, correspondentes a **7% do total**.

O impacto, portanto, é significativo, **mas não uniforme**. Ele alcança diferentes setores da economia catarinense e está distribuído por praticamente todas as regiões do Estado. A **Região Norte**, a mais afetada, concentra aproximadamente **R\$ 1,7 bilhão** das exportações potencialmente afetadas, correspondentes a 43% do total, envolvendo 197 empresas e aproximadamente 86 mil empregos. Na **Região Oeste**, são cerca de **R\$ 899 milhões**, correspondentes a 23% do total, envolvendo 77 empresas e aproximadamente 100 mil empregos. O **Vale do Itajaí** responde por cerca de **R\$ 714 milhões**, ou 19% do total afetado, envolvendo 205 empresas e aproximadamente 43 mil empregos.

Os dados completos sobre as regiões afetadas são apresentados no mapa a seguir:

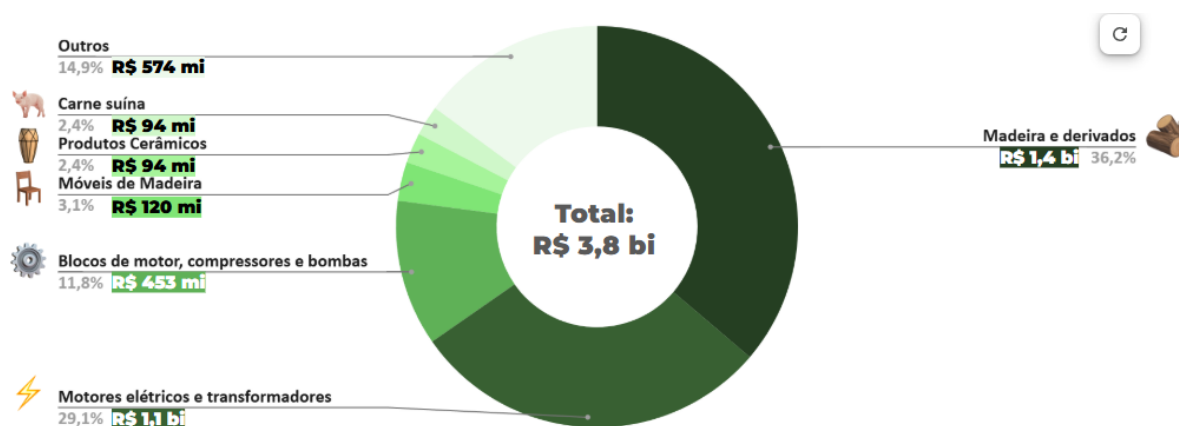


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO



Além disso, os **R\$ 3,8 bilhões** de exportações potencialmente afetadas estão distribuídos entre diferentes setores da economia catarinense. A análise setorial identificou como principais segmentos afetados a indústria da **madeira e derivados**, que representa 36,2% das exportações afetadas, seguida pelo setor de **motores elétricos e transformadores**, com 29,1%, e pelo setor de **blocos de motor, compressores e bombas**, com 11,8%.

No gráfico a seguir são apresentados os dados dos principais setores afetados:



Esses números demonstram que não estamos diante de um problema restrito a um único setor ou a uma determinada região. A nova tarifa possui repercussões sobre diferentes cadeias produtivas e alcança empresas de diferentes portes e características.

No entanto, a análise do conjunto das 641 empresas também demonstrou que a exposição aos Estados Unidos é bastante distinta entre elas. Embora algumas empresas apresentem participação relativamente pequena das exportações para o mercado norte-americano em seu faturamento,



outras possuem elevada dependência desse mercado e, por isso, estão potencialmente mais vulneráveis à alteração das condições de acesso.

Foi a partir dessa constatação que o estudo avançou para um **recorte específico das empresas mais expostas**, concentrando a análise naquelas em que as exportações aos Estados Unidos potencialmente afetadas pela nova tarifa representam parcela mais significativa do faturamento.

Para isso, as empresas foram classificadas segundo a participação das exportações aos Estados Unidos afetadas pela nova tarifa de 25% em relação ao respectivo faturamento no mesmo período. Foram consideradas situações **críticas** aquelas em que essa participação supera 75%; situações de **alta exposição**, entre 50% e 75%; **exposição relevante**, entre 25% e 50%; **exposição gerenciável**, entre 5% e 25%; e **exposição baixa**, inferior a 5%.

Essa análise permitiu identificar **12 empresas em situação crítica**, cuja exposição média ao mercado norte-americano é de aproximadamente 79%; **12 empresas em situação de alta exposição**, com média de 63%; e outras **21 empresas em situação relevante**, com exposição média de 38%.

Assim, **o estudo chega a um recorte final de um grupo específico de 45 empresas nos níveis de exposição crítica, alta e relevante, que somam pouco mais de 5 mil empregos**. Juntas, essas empresas representam aproximadamente **R\$ 1,07 bilhão em exportações potencialmente afetadas**.

Por outro lado, entre as empresas exportadoras abrangidas pela nova tarifa, **509 (quase 80% do total) tiveram menos de 5% do faturamento impactado**, o que indica que os efeitos da nova tarifa sobre a economia catarinense são limitados. Assim, a maior parte dos negócios foi classificada com nível “baixo” e “gerenciável” de exposição — a exposição média máxima desses negócios gira em torno de 7%.

Veja a distribuição completa das empresas, conforme o estudo:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Classificação	Qtd de empresas	Empregos	% Exposição média	Faturamento	Exportações EUA AFETADAS
CRÍTICO (75% ou mais)	12 (2%)	1,2 mil (0,4%)	79%	R\$ 429 mi (0,1%)	R\$ 340 mi (9%)
ALTO (50% a 75%)	12 (2%)	1,8 mil (0,7%)	63%	R\$ 641 mi (0,2%)	R\$ 407 mi (11%)
RELEVANTE (25% a 50%)	21 (3%)	2,3 mil (0,9%)	38%	R\$ 844 mi (0,3%)	R\$ 324 mi (8%)
GERENCIÁVEL (5% a 25%)	87 (14%)	38 mil (14%)	7%	R\$ 30 bi (12%)	R\$ 2,1 bi (56%)
BAIXO (Até 5%)	509 (79%)	224 mil (84%)	0,3%	R\$ 217 bi (87%)	R\$ 622 mi (16%)
TOTAL	641	267 mil	1,5%	R\$ 249 bi	R\$ 3,8 bi

É importante destacar que esse grupo de empresas em nível de exposição relevante, alto e crítico representa **um recorte específico dentro do universo de R\$ 3,8 bilhões em exportações potencialmente afetadas**. Ou seja, as medidas propostas pelo Governo do Estado não pretendem abranger indistintamente todas as empresas catarinenses que exportam para os Estados Unidos, mas concentrar esforços naquelas que, a partir dos dados disponíveis, apresentam maior grau de exposição e, portanto, maior vulnerabilidade à mudança abrupta das condições de comércio.

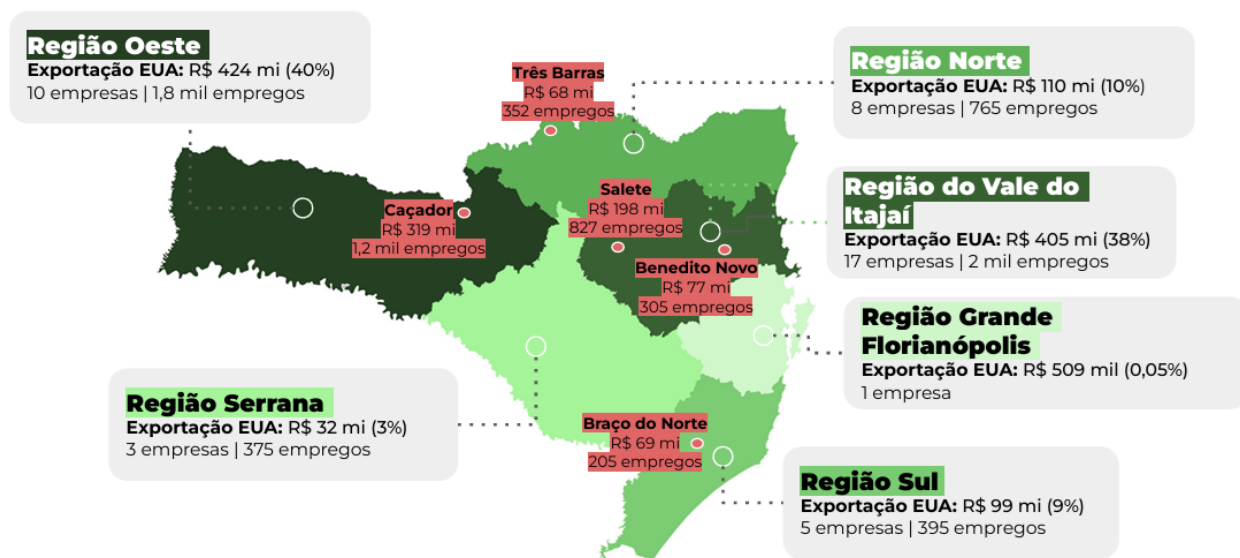
Para essas empresas, uma alteração abrupta das condições de acesso ao mercado norte-americano pode representar impacto particularmente significativo sobre o faturamento, o fluxo de caixa e a capacidade de manutenção de suas atividades.

A concentração dessas empresas de maior exposição também chama a atenção. A **Região Oeste** concentra a maior parte das exportações afetadas desse grupo, com **R\$ 424 milhões**, equivalentes a 40% do total, seguida pelo **Vale do Itajaí**, com **R\$ 405 milhões**, correspondentes a 38% do total. Assim, somente essas duas regiões concentram quase **80% das exportações** das empresas classificadas nos níveis de exposição crítica, alta e relevante.

Os dados detalhados sobre as regiões mais afetadas são apresentados no mapa a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO



Em relação aos setores dessas empresas de maior exposição, o setor **madeireiro e de derivados e o de móveis de madeira** correspondem a aproximadamente 90% do total de **R\$ 1,07 bilhão** em exportações potencialmente afetadas.

Diante desse cenário, o grupo de trabalho liderado pela Secretaria de Estado da Fazenda avaliou quais instrumentos poderiam ser utilizados pelo Governo de Santa Catarina para oferecer algum alívio às empresas mais expostas. A preocupação central foi preservar a liquidez e a capacidade produtiva dessas empresas durante um período de forte incerteza, evitando que um choque temporário de mercado se transforme em redução da produção, perda de empregos ou comprometimento de investimentos.

Nesse sentido, estão sendo propostas duas medidas principais.

A primeira consiste na possibilidade de **postergação, por 60 dias, do pagamento do ICMS durante três meses**, destinada às empresas classificadas nos níveis de exposição crítica, alta, relevante e gerenciável, ou seja, a todas aquelas com exposição superior a 5% do faturamento.

A medida alcança **132 empresas**, que empregam aproximadamente **43 mil trabalhadores**, e representa um alívio estimado de cerca de **R\$ 20 milhões por mês** no fluxo de caixa das empresas beneficiadas.

A segunda medida consiste na **liberação de créditos acumulados de ICMS decorrentes das exportações**. A Secretaria identificou um estoque relevante de créditos passíveis de utilização e propõe sua liberação de forma parcelada ao longo de três meses para as empresas enquadradas nos critérios estabelecidos.

Considerando o saldo atual e o potencial adicional identificado no levantamento, estima-se a possibilidade de disponibilizar aproximadamente **R\$ 125,8 milhões em créditos de exportação**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Consideradas conjuntamente, as duas medidas representam um esforço estimado de aproximadamente **R\$ 185,8 milhões**, sendo **R\$ 125,8 milhões** relacionados à liberação de créditos acumulados de exportação e aproximadamente **R\$ 60 milhões** decorrentes da postergação do pagamento do ICMS.

Além disso, em atenção à demanda manifestada pela FIESC em relação ao diferimento do ICMS na aquisição de insumos e energia elétrica para a industrialização, a SEF/SC está comprometida a estudar o tema e apresentar alternativas.

É importante destacar que essas medidas não pretendem compensar integralmente as perdas eventualmente decorrentes da nova política tarifária norte-americana. Seu objetivo é oferecer às empresas mais expostas um instrumento de liquidez que lhes permita atravessar esse período de transição com melhores condições financeiras, ajustar seus níveis de produção e estoques, renegociar contratos, buscar novos mercados e preservar investimentos e postos de trabalho.

Entendemos que a dimensão e a complexidade do cenário exigem também uma atuação coordenada entre o Poder Público e o setor produtivo. Por essa razão, consideramos fundamental manter o diálogo permanente com a FIESC e com as entidades representativas da indústria catarinense, tanto para acompanhar a evolução dos impactos identificados quanto para avaliar a necessidade de aperfeiçoamento das medidas propostas ou de adoção de novas iniciativas.

O estudo realizado demonstra que Santa Catarina possui capacidade de acompanhar esse processo de forma próxima e baseada em evidências, utilizando dados de comércio exterior, emprego e informações fiscais para identificar não apenas os setores e regiões mais afetados, mas também as empresas que apresentam maior grau de vulnerabilidade.

A atuação do Governo do Estado, desde as primeiras medidas tarifárias anunciadas pelos Estados Unidos, tem sido orientada por esse princípio: **conhecer o impacto de forma precisa, identificar os segmentos mais vulneráveis e concentrar os instrumentos públicos onde eles podem produzir maior efeito na preservação da atividade econômica e dos empregos.**

Santa Catarina possui uma economia fortemente integrada ao comércio internacional, e a preservação de sua capacidade exportadora é fundamental para a manutenção da atividade econômica, dos investimentos e dos empregos. Nesse momento de incerteza, o Governo do Estado reafirma seu compromisso de trabalhar conjuntamente com o setor produtivo para reduzir os impactos da nova realidade tarifária e criar condições para que as empresas catarinenses continuem produzindo, investindo, exportando e gerando empregos.